

Informe

Bacia de Santos

ABRIL/2020 - EDIÇÃO 12

Projeto de Educação Ambiental da Baía de Guanabara mobiliza pescadores artesanais de 19 comunidades

Na área de abrangência da Bacia de Santos, vêm sendo executados Projetos de Educação Ambiental (PEA) com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da gestão ambiental na região. A mobilização das comunidades proporcionada pelos projetos tem consolidado um espaço para que os grupos pensem coletivamente o uso dos recursos naturais.

Os PEAs foram definidos no processo de licenciamento ambiental, conduzido pelo Ibama, e deverão ser realizados durante toda a fase de operação dos empreendimentos.

No litoral do Estado do Rio de Janeiro acontece o PEA da Baía de Guanabara (PEA-BG) – região caracterizada pela presença de comunidades de pesca artesanal, que, além da atuação da indústria de óleo e gás, convivem com ampla gama de intervenções humanas no meio ambiente do qual retiram seu sustento.

O PEA-BG mobiliza 19 comunidades situadas nos municípios do Rio de Janeiro, Niterói, Itaboraí e Magé. Na base das ações em desenvolvimento está a metodologia participativa, instrumental utilizado em processos de organização social que possibilita que os grupos envolvidos participem diretamente de cada fase de construção de um projeto. Dessa forma, todo o processo é planejado, discutido e estruturado com as comunidades.

Conheça o Projeto de Monitoramento da Paisagem Acústica Submarina - Página 3

Construção etapa a etapa

No caso do PEA-BG, a metodologia participativa está presente desde a Etapa 1 com o Diagnóstico Participativo, que aconteceu entre 2014 e 2016. Foi uma fase de levantamento de dados, reuniões e oficinas com pescadores artesanais que possibilitaram a identificação de problemas associados ou não aos impactos da cadeia produtiva da indústria de óleo e gás. A atenção, nesse momento, não foi voltada apenas para os conflitos. A escuta da comunidade pesqueira permitiu uma primeira aproximação com as potencialidades de cada grupo.

Resultados do Diagnóstico Participativo

- Identificação de aspectos problemáticos, como a diminuição do espaço da pesca artesanal
- Levantamento de potencialidades, como o saber tradicional e a disponibilidade em participar de iniciativas ambientais

A Etapa 2 do PEA-BG, entre agosto e dezembro de 2019, voltou-se para o amadurecimento das informações obtidas no Diagnóstico Participativo e para a revalidação dos dados pelos pescadores, que participaram de uma rodada de **Reuniões de Retomada**.

Ainda nessa segunda etapa, chamada de Inserção Comunitária, foram formadas as comissões comunitárias, que serão fundamentais para os próximos passos do PEA-BG. Seus integrantes terão participação direta no planejamento das fases futuras e atuarão como multiplicadores de conteúdo junto às suas comunidades.

A gestão de resíduos em uma plataforma: veja nossos cuidados para que cada material seja descartado corretamente Páginas 4 e 5

A Etapa 2 foi completada por visitas exploratórias e encontros com as comissões comunitárias.

“Essa fase foi importante para que as comunidades revisitassem os problemas enfrentados e reafirmassem suas potencialidades, montando um painel com o cenário da pesca específico de cada localidade”, explica Carla Schuster Damasceno, da empresa CPMAIS, que presta serviço para a área de Meio Ambiente da Petrobras.

TEMAS DE MAIOR INTERESSE CONSOLIDADOS NA ETAPA 2:

*Ordenamento Territorial
Geração de Trabalho e Renda
Direitos Relacionados à Pesca*

Foram realizadas **36 Reuniões de Retomada** mobilizando, no total, **535 pessoas**. As reuniões foram conduzidas por um orientador pedagógico com o apoio de técnicos e agentes sociais, que adotaram atividades dialógicas para estimular a participação das comunidades, valorizando o protagonismo e o saber tradicional dos grupos.

Saiba mais sobre o PEA-BG na pág. 2

Como a Petrobras se prepara para enfrentar situações de emergência Página 6

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

PEA-BG COMO ESPAÇO DE ORGANIZAÇÃO



Comunidade participa da segunda reunião de retomada em Paqueta

Em 2020, o PEA-BG entrou em sua terceira etapa de execução. A mobilização dos grupos mapeados continua com encontros focados em ações formativas estruturantes, que serão o norte para a definição dos próximos passos do projeto.

O primeiro ciclo desses encontros começou em fevereiro e deve ser concluído em junho de 2020. As discussões nas primeiras reuniões desse ciclo foram guiadas pelo tema Senso de Pertencimento - um dos eixos temáticos definidos na Etapa 2, que incluem ainda os temas Ordenamento e Gestão Territorial, Licenciamento Ambiental e Geração de Trabalho e Renda.

Após a realização do primeiro ciclo de ações formativas é esperado que as

comunidades amadureçam suas escolhas para se definir, então, um caminho de formação coerente com a realidade vivida pelos pescadores artesanais.

Os próximos passos darão continuidade ao processo de sensibilização e mobilização. Além de novos encontros, serão realizadas visitas técnicas em localidades que já contam com projetos favoráveis à pesca artesanal e que foram desenvolvidos a partir da organização social.

“Trabalhamos para que o projeto seja apropriado pelas comunidades pesqueiras como um espaço de organização e, assim, seja obtida uma formação qualificada e de acordo com os interesses dos pescadores”, conta Mônica Dias, da empresa Printcom, orientadora pedagógica do PEA-BG.

O PEA-BG na voz dos protagonistas

“Considero que o PEA-BG é um projeto diferenciado, construído coletivamente, que vai atuar de acordo com as demandas reais levantadas pelas comunidades pesqueiras.”

Flávio Lontro, presidente da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (Confrem) e vice-presidente da Acapesca (Itambi, Itaboraí, RJ).

PEA-BG

19 comunidades de pesca mapeadas nos municípios:

Rio de Janeiro, Niterói, Itaboraí e Magé

Execução com apoio das empresas:

Walm (Etapa 1 - Diagnóstico Participativo) e Printcom

EXPEDIENTE

O Informe Bacia de Santos é uma publicação da gerência de Comunicação e Marcas da Petrobras como parte das ações previstas no PCSR-BS, exigência do licenciamento federal conduzido pelo Ibama.

:: Periodicidade: semestral

:: Endereço: Rua Marquês de Herval, 90 - 6º andar - Santos/SP

:: E-mail: comunica.uobs@petrobras.com.br

:: Jornalista responsável: Suzi Garcia Hantke (MTB 25.876)

:: Gerente de Comunicação e Marcas/Regional São Paulo: Rodrigo Diullas Sperandio

:: Diagramação: Érica Cristina Rodrigues Gomes (Empresa: Bureau Veritas)

:: Redação e edição: Henrique Marson e Suzi Hantke

:: Imagens: Arquivo e Bruno Purcino Peçanha (empresa CPMAS) - fotos do PEA-BG

PROJETOS CONDICIONANTES

SAIBA MAIS SOBRE O PROJETO DE MONITORAMENTO DA PAISAGEM ACÚSTICA SUBMARINA DA BACIA DE SANTOS



Perifilador - Equipamento de registro sonoro que se desloca com as correntes

O Projeto de Monitoramento da Paisagem Acústica Submarina da Bacia de Santos (PMPAS-BS) tem como objetivos caracterizar o nível de ruído embaixo da água na região do pré-sal da Bacia de Santos e fornecer informações para análises de risco à biodiversidade e estudos de avaliação de impactos sobre os cetáceos (baleias e golfinhos).

O projeto foi elaborado e proposto para atender às solicitações do Ibama no processo de licenciamento ambiental dos Projetos de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-Sal da Bacia de Santos (Etapa 2). Atualmente o PMPAS-BS consta como condicionante das licenças de operação de todos os empreendimentos de desenvolvimento da produção da Petrobras localizados no pré-sal da Bacia de Santos, incluindo a da licença de operação da atividade de perfuração na área Geográfica da Bacia de Santos (AGBS), e tem sido incluído nas renovações de licença dos empreendimentos do pós-sal dessa bacia. O compromisso é executar o PMPAS-BS durante todo o período de operação dos empreendimentos, em ciclos de implantação de 4 anos, podendo ser revisto após esse período.

Atualmente o escopo do PMPAS é dividido em:

1. Monitoramento Móvel (início em novembro de 2015): realizado através de equipamento de navegação autônoma do tipo glider e perfiladores acústicos de livre deriva;

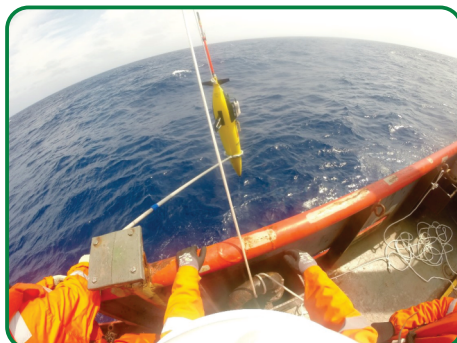
2. Monitoramento Fixo Costeiro (início em março de 2017): executado através de observatórios submarinos (OSs) rasos instalados em regiões costeiras da Bacia de Santos;

3. Monitoramento Fixo Oceânico (início em setembro de 2017): realizado com a instalação de linhas de fundeio instrumentadas (LFIs) próximas às unidades de produção e rotas de navegação;

4. Modelagem numérica (início em julho de 2017): é uma ferramenta de computação utilizada para simular e representar matematicamente a dispersão dos ruídos submarinos.

“O monitoramento móvel tem o foco na área oceânica, inclusive além da Bacia de Santos, podendo estar ou não sob influência das atividades e operações de E&P. Já os observatórios submarinos estão instalados em áreas de alto tráfego de embarcações e são importantes para obtenção do nível de ruído da fonte dos diversos tipos de embarcação. As linhas de fundeio instrumentadas estão instaladas em áreas com reconhecida interferência das atividades de Exploração e Produção, como campos de produção e rotas de navegação preferenciais”, explica Ângela Spengler, analista ambiental da Petrobras.

“Os gliders, observatórios submarinos e linhas de fundeio instrumentadas fazem a gravação dos dados acústicos em cartões de memória que precisam ser recuperados periodicamente. Já os perfiladores não salvam os registros acústicos, mas enviam



Glider - Equipamento que registra os ruídos submarinos seguindo uma rota predefinida, sendo periodicamente resgatado para manutenção

as informações processadas por meio de satélites”, destaca.

Os registros de biofonia (ruídos produzidos por animais) são feitos principalmente por meio dos gliders e estão sendo separados para serem analisados pelo Projeto de Monitoramento de Cetáceos (PMC) da Petrobras.

De novembro de 2015 a dezembro de 2018 foram gravadas 51.139,8 horas com os gliders, observatórios submarinos e linhas de fundeio instrumentadas.

Parceria com a Marinha

Pelo fato do dado acústico produzido pelo PMPAS apresentar-se como informação sensível para a segurança nacional, a execução dos levantamentos de dados nas regiões costeiras está sendo feita em parceria com o Instituto de Pesquisa da Marinha do Brasil (IPqM), o qual é responsável pela operação dos Observatórios Submarinos e pelo processamento e a análise de todos os dados produzidos pelo projeto. Somente após a seleção e extração dos dados considerados reservados é que as informações e parâmetros de interesse são disponibilizados ao público em geral.

Por meio dos recursos recebidos pela parceria com a Petrobras, o IPqM está desenvolvendo o hidrofone nacional, que poderá ser produzido em escala comercial. Dessa forma, teremos um equipamento de alta qualidade com um custo inferior em relação aos importados.

GESTÃO DE RESÍDUOS

CUIDADOS COM O MEIO AMBIENTE NAS PLATAFORMAS

Você sabia?

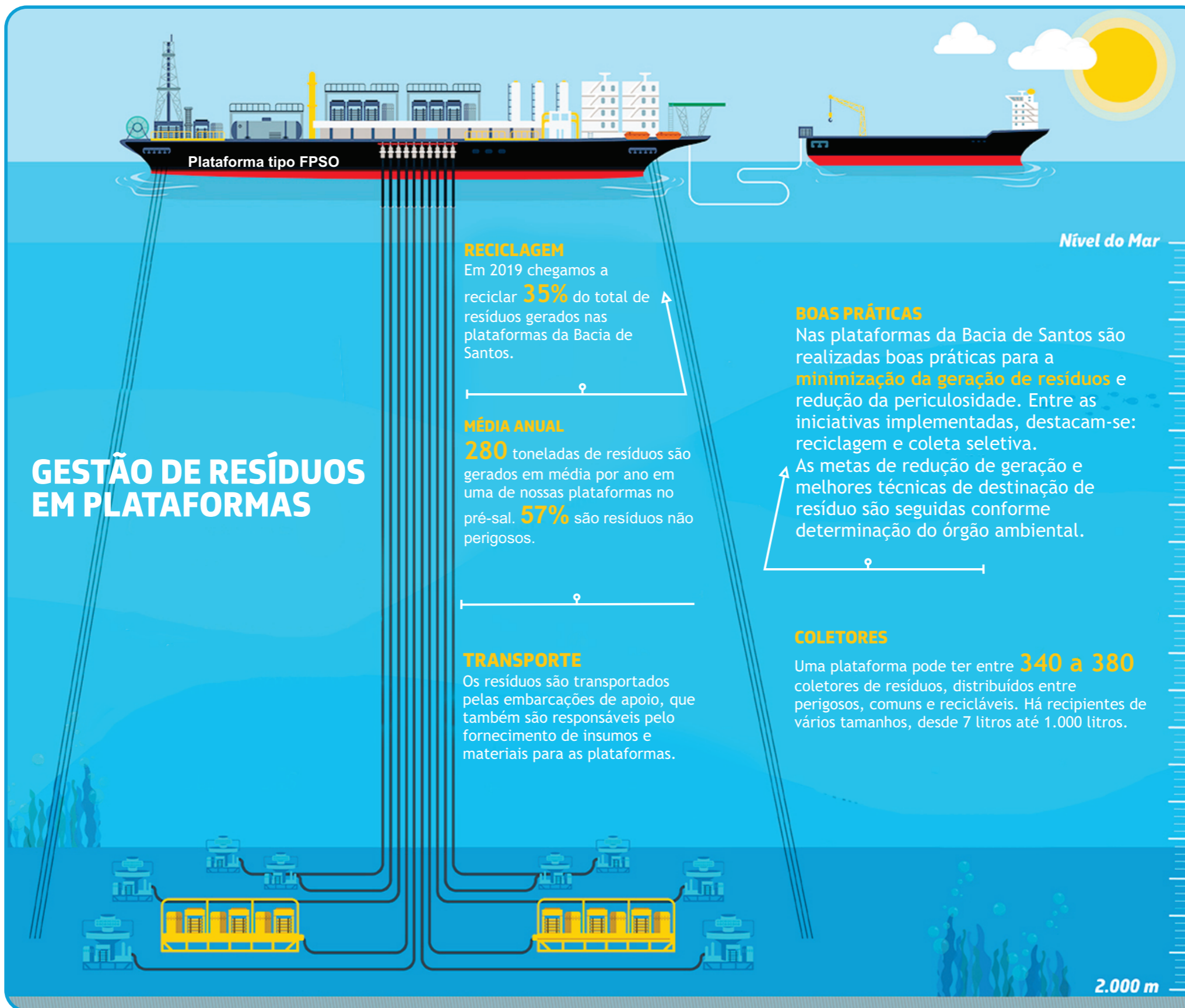
Todas as unidades marítimas (plataformas e embarcações de apoio) têm o compromisso de garantir que os resíduos sejam devidamente separados, acondicionados em contentores, identificados e encaminhados para tratamento adequado conforme legislação ambiental vigente. Sim, após a coleta, os resíduos são encaminhados para tratamento em uma empresa licenciada por órgão ambiental. A segregação e coleta seletiva são feitas conforme descrito na Resolução CONAMA nº 275, de 19 de junho de 2001. Conheça agora como é a rotina de gestão de resíduos nas plataformas da Petrobras no pré-sal da Bacia de Santos.

Classificação e tratamento dos principais resíduos:

RESÍDUO	DESTINAÇÃO FINAL
Resíduos oleosos	Re-refino/ Blendagem/ Co-processamento/ ETE**
Baterias veiculares e industriais	Co-processamento/ Aterro Industrial/ Blendagem*/ ETE**
Tambor/Bombona contaminado	Reuso/ Reciclagem/ Aterro Industrial/ Recondicionamento/ Blendagem
Lâmpadas fluorescentes	Reciclagem/ Descontaminação/ Aterro Industrial
Tambor/Bombona não contaminado	Reuso/ Reciclagem
Entulho de obra	Aterro industrial/ Reaproveitamento
Metal não contaminado	Reciclagem
Lixo comum	Aterro sanitário/ Aterro industrial
Madeira	Reciclagem/ Reaproveitamento/ Co-processamento
Papel/Papelão reciclável	Reciclagem
Pilhas/Baterias	Devolução ao fabricante/ Reciclagem/ Aterro industrial/ Co-processamento/ Recondicionamento
Resíduo alimentar desembarcado (orgânico)	Aterro sanitário
Resíduos de serviço de saúde (farmacêuticos)	Incineração em terra/ Descontaminação
Resíduos de serviço de saúde (infectantes e/ou perfurocortante)	Co-processamento/ Incineração em terra/ Descontaminação/ Aterro industrial
Sucata de material elétrico/eletrônico	Reciclagem/Aterro industrial/ Blendagem/ Reciclagem/ Co-processamento
Vidro reciclável	Reciclagem/ Aterro industrial

Classificação:
■ Perigoso
■ Não perigoso

*Blendagem: mistura de resíduos compatíveis para geração de matéria-prima industrial
 **ETE: Estação de Tratamento de Esgoto



Identificação por Cores Coleta Seletiva

- Papel/Papelão
- Plástico
- Vidro
- Metal
- Madeira
- Resíduos Radioativos
- Resíduo geral não reciclado ou misturado, ou não contaminado não passível de separação
- Resíduos Perigosos
- Resíduos Orgânicos
- Resíduos de saúde

PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIAS

SEMPRE ALERTA: CONHEÇA O PLANO DE EMERGÊNCIA PARA VAZAMENTO DE ÓLEO DA UNIDADE DA BACIA DE SANTOS

A Petrobras está sempre preparada para enfrentar situações de emergência. Um bom exemplo disso foi a atuação da companhia no apoio ao Ibama nos esforços para limpeza das praias atingidas por óleo no Nordeste.

Apesar do óleo nas praias do Nordeste não ter origem nas operações da Petrobras, coletamos resíduos oleosos (mistura de óleo e areia), mobilizamos agentes ambientais para limpeza das áreas impactadas e empregados para planejamento e execução da resposta. Também foram acionados os Centros de Defesa Ambiental (CDA) e Centros de Resposta à Emergência. Nossa atuação na limpeza das praias foi feita por solicitação e coordenação do Ibama, órgão responsável pela estratégia de contenção do óleo.

O Plano de Emergência para Vazamento de Óleo na Área Geográfica da Bacia de Santos (PEVO-BS) apresenta as ações e procedimentos de resposta complementares para consequências de incidentes de poluição por óleo que ultrapassem os limites de atuação do Plano de Emergência Individual (PEI) das plataformas, no mar ou na costa.

No PEVO-BS são definidas a Estrutura Organizacional de Resposta (EOR), que deverá ser acionada em caso de emergência, as responsabilidades, procedimentos, recursos operacionais de resposta, dimensionamento e estratégias utilizadas nos incidentes.

“O PEVO-BS é composto por informações importantes para serem utilizadas em situações de emergências, como identificação da instalação, descrição dos cenários acidentais, informações e procedimentos para resposta, sistemas de alerta de derramamento de óleo, comunicação do incidente, estrutura organizacional de resposta, equipamentos e materiais de resposta, mapas, cartas náuticas, plantas, desenhos e fotografias”, explica Vinícius Vendramini Cesário, biólogo da área de Meio Ambiente, da Unidade de Negócios da Bacia de Santos.

Para a execução da estratégia de contenção e recolhimento, a Área Geográfica da Bacia de Santos (AGBS) conta com seis embarcações dedicadas e quatro não dedicadas.



Imagem do simulado realizado em Bombinhas (SC) em 2018

As embarcações dedicadas permanecem em prontidão em uma posição geográfica estratégica para o atendimento e podem ser mobilizadas imediatamente. As embarcações não dedicadas realizam atividade de apoio às Unidades Marítimas operando na AGBS e podem ser acionadas conforme a necessidade. Recursos adicionais para a resposta inicial e continuada podem ser mobilizados em função dos diferentes cenários.

As ações de resposta do PEVO-BS são testadas de forma periódica por meio da realização de simulados de emergência, cuja execução também é uma condicionante ambiental. Os relatórios dos simulados são documentos públicos e podem ser solicitados ao Ibama.

Saiba as diferenças entre os Planos de Emergência para acidentes de vazamento de óleo das plataformas:

PEI - PLANO DE EMERGÊNCIA INDIVIDUAL

- É o documento que contém as informações e descreve o que deve ser feito na plataforma em caso de acidente com potencial de vazamento de óleo.

- Cada plataforma tem o seu plano específico.

- Serve para evitar que ocorram vazamentos de óleo da plataforma para o mar em situações de emergência.

PEVO - PLANO DE EMERGÊNCIA PARA VAZAMENTO DE ÓLEO

- É o documento que contém as informações e descreve o que deve ser feito quando o óleo vaza para o mar.

- Existe um único plano que engloba várias plataformas.

EM CASO DE EMERGÊNCIA A POPULAÇÃO TEM À DISPOSIÇÃO O NÚMERO

0800 728 9001

A LIGAÇÃO É GRATUITA.

ROYALTIES

POR QUE É TÃO IMPORTANTE ENTENDER ESTE ASSUNTO?

Por que os royalties foram criados? Quem calcula o valor? Como é o pagamento aos municípios? Esclarecemos abaixo algumas dúvidas comuns sobre esse tema, que é de interesse de toda a sociedade e impacta decisivamente o orçamento de diversas cidades do país.

Por que existem os royalties?

A legislação brasileira define que as jazidas de petróleo e gás natural pertencem à União. As empresas que têm concessão para explorar, produzir e comercializar essas riquezas naturais precisam pagar uma compensação financeira: os chamados royalties. Há ainda os valores por participação especial, que são uma compensação financeira extraordinária trimestral, pagos pelos campos produtores de óleo e gás natural com grande volume de produção ou rentabilidade.

Como são calculados e para quem são distribuídos os valores?

Cabe à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) calcular todo mês o valor que as empresas precisam pagar à União. Nessa conta entram fatores como a produção em cada campo, preços de referência internacional e alíquotas estabelecidas nos contratos de concessão. A Secretaria do Tesouro Nacional, órgão do Ministério da Economia, faz a divisão de quanto ficará com a União e quanto será repassado aos estados/Distrito Federal e municípios que têm direito por possuírem instalações de refino e/ou de apoio à produção de petróleo e gás.

Os municípios podem deixar de receber?

Os royalties são vinculados à produção de petróleo e gás, que são recursos naturais finitos. Isso significa que o pagamento ocorrerá apenas enquanto houver produção no campo ao qual os royalties são relacionados. Como a tendência é que a produção decline com o tempo, é esperada oscilação no valor dos royalties.

Quanto meu município recebe de royalties?

No site da ANP (www.anp.gov.br), na seção "Royalties e outras participações", você encontra as tabelas com os valores pagos mensalmente aos estados e municípios beneficiários.

Os royalties em 2019

Confira abaixo os valores pagos (em reais) em royalties e participação especial para as cidades da área de abrangência dos projetos da Petrobras na Bacia de Santos no ano de 2019. Para saber mais, acesse o site da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (www.anp.gov.br).

Município	Royalties	Participação Especial	Total Recebido (R\$)
ANGRA DOS REIS-RJ	R\$ 131.589.111,42		R\$ 131.589.111,42
ARARUAMA-RJ	R\$ 98.828.590,56	R\$ 32.944,39	R\$ 98.861.534,95
BERTIOGA-SP	R\$ 65.794.748,70		R\$ 65.794.748,70
CABO FRIO-RJ	R\$ 148.743.522,46	R\$ 36.874.398,26	R\$ 185.617.920,72
CANANÉIA-SP	R\$ 16.494.404,68		R\$ 16.494.404,68
CARAGUATATUBA-SP	R\$ 111.700.365,34	R\$ 509.177,09	R\$ 112.209.542,43
CUBATÃO-SP	R\$ 86.777.747,08		R\$ 86.777.747,08
DUQUE DE CAXIAS-RJ	R\$ 79.998.657,36		R\$ 79.998.657,36
GUAPIMIRIM-RJ	R\$ 41.851.803,29		R\$ 41.851.803,29
GUARUJÁ-SP	R\$ 1.690.315,04		R\$ 1.690.315,04
IGUAPE-SP	R\$ 26.183.901,80	R\$ 670.240,44	R\$ 26.854.142,24
ILHA COMPRIDA-SP	R\$ 32.713.691,22		R\$ 32.713.691,22
ILHABELA-SP	R\$ 319.620.071,74	R\$ 395.756.048,68	R\$ 715.376.120,42
ITABORAI-RJ	R\$ 22.736.993,97		R\$ 22.736.993,97
ITAGUAÍ-RJ	R\$ 61.178.768,20		R\$ 61.178.768,20
ITANHAÉM-SP	R\$ 1.521.283,53		R\$ 1.521.283,53
MACAÉ-RJ	R\$ 595.322.527,57	R\$ 4.073.948,01	R\$ 599.396.475,58
MAGÉ-RJ	R\$ 46.043.306,79		R\$ 46.043.306,79
MARICÁ-RJ	R\$ 630.346.910,28	R\$ 967.528.375,47	R\$ 1.597.875.285,75
MANGARATIBA-RJ	R\$ 56.194.342,50		R\$ 56.194.342,50
MONGAGUÁ-SP	R\$ 1.309.994,15		R\$ 1.309.994,15
NITERÓI-RJ	R\$ 498.157.574,75	R\$ 851.037.955,76	R\$ 1.349.195.530,51
PARATY-RJ	R\$ 119.787.804,46	R\$ 6.339.761,48	R\$ 126.127.565,94
PERUÍBE-SP	R\$ 3.400.765,23	R\$ 298.340,00	R\$ 3.699.105,23
PRAIA GRANDE-SP	R\$ 19.591.429,87		R\$ 19.591.429,87
RIO DE JANEIRO-RJ	R\$ 188.468.745,41	R\$ 160.378.803,50	R\$ 348.847.548,91
SANTOS-SP	R\$ 1.690.315,04		R\$ 1.690.315,04
SÃO GONÇALO-RJ	R\$ 22.736.993,97		R\$ 22.736.993,97
SÃO SEBASTIÃO-SP	R\$ 117.575.121,36		R\$ 117.575.121,36
SÃO VICENTE-SP	R\$ 19.591.429,87		R\$ 19.591.429,87
SAQUAREMA-RJ	R\$ 205.453.696,15	R\$ 62.136,49	R\$ 205.515.832,64
UBATUBA-SP	R\$ 2.580.551,80	R\$ 163.802,51	R\$ 2.744.354,31
Estado	Royalties	Participação Especial	Total Recebido (R\$)
SÃO PAULO	R\$ 680.184.137,99	R\$ 1.589.590.436,25	R\$ 2.269.774.574,24
RIO DE JANEIRO	R\$ 4.509.030.444,60	R\$ 8.886.891.701,25	R\$ 13.395.922.145,85
UNIÃO	R\$8.827.198.123,95	R\$14.746.541.554,84	R\$23.573.739.678,79

SAIBA MAIS SOBRE AS ATIVIDADES DA PETROBRAS NA BACIA DE SANTOS

Empreendedor:



Órgão Licenciador:



glossário



busca



cadastro

compartilhe:



HOME

QUEM SOMOS

MAPA

EMPREENDIMENTOS

LICENCIAMENTO

IMPACTOS

CONDICIONANTES

NOTÍCIAS

INFORME

ROYALTIES

COMUNICAÇÃO
BACIA DE SANTOS

CONDICIONANTES AMBIENTAIS

Conheça nossos programas

Conheça nosso site:

www.comunicabaciadesantos.com.br

E fique por dentro das novidades, eventos, resultados dos projetos condicionantes ambientais e muito mais.

FALE CONOSCO:

0800 728 9001

comunica.uobs@petrobras.com.br